

## **Prefeito de Tapejara conhece programas de regularização fundiária e construção de imóveis financiados pela Cohapar**

### **Notícias**

Postado em: 07/11/2018

Objetivo é ampliar parcerias entre governos estadual e municipal para o atendimento das demandas de moradia da população. Técnicos dos órgãos devem se encontrar

Nesta terça-feira (6) o prefeito de Tapejara, município da região Noroeste do Paraná, Rodrigo Koike, esteve reunido com a assessora da presidência da Cohapar, Jocely Loyola, buscando informações sobre os programas oferecidos pela companhia. No encontro, realizado na sede da companhia, em Curitiba, o gestor recebeu orientações sobre a possibilidade de contratação de novos projetos de regularização fundiária e construção de casas populares. Segundo Jocely, o programa Morar Legal Paraná visa à regularização de lotes por empresas especializadas, com fiscalização da Cohapar. "Os recursos para pagamento das empresas são oriundos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza e ajudam a reduzir os custos pagos pelas famílias beneficiadas, que ficam muito abaixo do praticado pelo mercado", informa a assessora. Também foram apresentados detalhes sobre os projetos de construção de casas financiadas pela própria Cohapar, que possuem diferenças em relação aos programas federais. "Os imóveis financiados pela companhia não possuem valor de entrada e as parcelas são crescentes, começando sempre pela mais barata", explica Jocely. De acordo com o prefeito, as informações serviram para abrir novas possibilidades de parceria entre o município e o Governo do Estado na área de habitação. Um dos aspectos que chamou a atenção de Koike foi a possibilidade de construção de conjuntos em lotes já urbanizados. "É uma iniciativa muito interessante para nós, pois temos muitas áreas loteadas que podem ser adquiridas e se tornar locais de moradia para a população que precisa em Tapejara", revela o gestor municipal.

**PRÓXIMOS PASSOS** - Para dar continuidade às ações, técnicos do município e da companhia devem se reunir nas próximas semanas e agendar um cronograma de trabalho, que inclui a realização de vistorias técnicas na cidade para avaliar a possibilidade de implantação de novos conjuntos e documentação de imóveis existentes que estejam em situação irregular.